

MUSEU DO MARACATU DO CEARÁ COMO INSTRUMENTO NO PROCESSO DE PATRIMONIALIZAÇÃO DOS MARACATUS DE FORTALEZA

Marcelo Renan Oliveira de Souza*

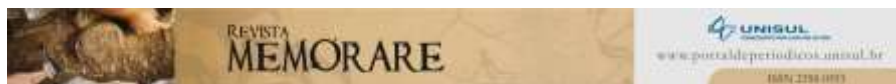
Resumo: Diante do pedido de Registro do Maracatu do Ceará como Patrimônio Cultural Imaterial Brasileiro, ao Iphan, e municipal, à Secretaria de Cultura de Fortaleza em 2011, este último obtido em dezembro de 2015, problematizamos neste artigo a trajetória do Museu do Maracatu do Ceará, avaliando sua função social no processo de patrimonialização, agindo como instrumento político de atribuição de valor e elevação da autoestima dos maracatus do Estado. O Museu do Maracatu do Ceará, inaugurado em 1984, na cidade de Fortaleza, é apontado pelos seus criadores como “escola de cultura afro-brasileira” e lugar de memória que contribui por meio da cultura dos maracatus, para a promoção e desenvolvimento do turismo local. Apresentamos novos documentos e interpretações que enquadram o Museu, já nos anos 1980, também como agente ativo no processo de patrimonialização dos Maracatus do Ceará.

Palavras Chave: Museu do Maracatu do Ceará. Patrimônio Cultural Imaterial. Patrimonialização e museu.

Abstract: Before the application for registration of the Maracatu in Ceará as Intangible Cultural Heritage Brazilian, presented to Iphan, and municipal, to the Fortaleza Culture's Department, in 2011, the latter obtained in December 2015, this article problematize the history of Ceará Maracatu Museum, evaluating its social function in patrimonialization process, acting as value assignment policy instrument and to elevate the self-esteem of Ceara's maracatus. The Ceará Maracatu Museum, opened in 1984 in the city of Fortaleza, is touted by its creators as "school of african-Brazilian culture" and place of memory that contributes through culture of Maracatu, for the promotion and development of local tourism. We present I this article new documents and interpretations that fit the Museum since the 1980s, also as an active agent in the process of patrimonialization of Ceara's Maracatus.

Keywords: Ceara's Maracatu Museum. Intangible Cultural Heritage. Patrimonial and museum.

*Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco –
FUNDARPE,
Recife, PE, Brasil.
Doutorando em Cultura e Sociedade - UFBA
Mestre em Preservação do Patrimônio Cultural - IPHAN
E-mail: marcelo.renan.souza@gmail.com



Revista Memorare, Tubarão, SC, v. 4, n. 1, p. 165-189 jan./abr. 2017. ISSN: 2358-0593.

1. Introdução

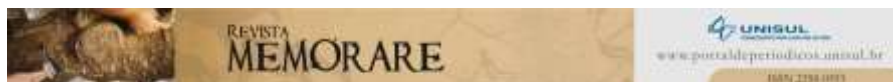
Nos maracatus de Fortaleza cada detalhe compõe uma complexa colcha de retalhos, repleta de peças singulares, que cobrem a dinâmica das construções subjetivas e simbólicas das suas identidades culturais. Este processo de construção, reconhecimento e de identificação cultural em constante formação, bem como nos fala Stuart Hall (2011, p. 39), engloba a multiplicidade e mutabilidade das referências culturais (FONSECA, 2012) que permeiam o seu universo ao longo dos anos.

Aqui são apresentados desses elementos que contribuem para a dinâmica valorativa dos maracatus relacionados à instauração do pedido de Registro dos Maracatus do Ceará com Patrimônio Cultural Imaterial de Fortaleza e do Brasil, simultaneamente ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - Iphan e à Secretaria de Cultura de Fortaleza – Secutl For¹, demandado pela Associação Cultural Maracatu Rei do Congo em 2011. Contudo, no panorama municipal o reconhecimento dos maracatus por meio da lei municipal de cultura nº 9.347/2008 só passou a ser tratado com prioridade pela gestão municipal entre 2014 e 2015, através de diferentes estratégias de visibilização deste segmento cultural, e especificamente colaborando para a elaboração do dossiê para o Registro do Maracatu do Ceará, finalizado em 2015. Após a aprovação do Conselho Municipal de Proteção ao Patrimônio Histórico – Cultural – Conphic², o Maracatu do Ceará obteve o registro pela lei de nº 13769 de 14 de março de 2016.

Para efeito desse artigo aprofundaremos nossa análise nos aspectos históricos que favorecem a definição dos espaços de memória para os maracatus cearenses e sobre a atuação política de diferentes sujeitos em defesa do ideal de preservação dos maracatus do Ceará como símbolos identitários da cultura cearenses e, ou, afro-cearense. Dessa forma, devemos nos ater a elementos que remetem à forma como esses signos colaboram para a representação do maracatu cearense como patrimônio cultural imaterial no Brasil, tendo com foco de nossas análises a criação do Museu do Maracatu

¹MARACATU REI DO CONGO, Associação Cultural. Ofício s/n de 23 de agosto de 2011 (Solicitação do registro do Maracatu de Fortaleza e/ou Ceará como Patrimônio Cultural Imaterial). Fortaleza, 2011.

²FORTALEZA. Lei nº 9.501 de 01 de outubro de 2009. Dispõe sobre a instituição, organização, atribuições e funcionamento do Conselho Municipal de Política Cultural, previsto pelo art. 285, da lei Orgânica do Município de Fortaleza, criado pela Lei Complementar nº 54, de 20 de dezembro de 2007, e dá outras providências. Diário Oficial [do] Município de Fortaleza, Fortaleza, CE, 07 out. 2009.



do Ceará em 1984, em Fortaleza e a relação entre o Maracatu, o Carnaval e o Turismo cearense nos anos 1980 e 1990.

Assim, uma vez que os maracatus cearenses são vistos e pensados a partir de sua vinculação com o carnaval, devemos então considerar o carnaval enquanto festejo cujas relações com o tempo presente se dinamizam através da manutenção de símbolos próprios à época, e que, por um lado, transmitem a ideia de permanência de tradições e por outro a de ruptura. Nesse sentido, concordamos com a visão de Durval Muniz Albuquerque Jr., quando se refere ao carnaval enquanto festa:

[...] em vez de aparecer como indício de autenticidade, deve ser pensada como um resto de passado que chega até nossos dias, em vez de ser vista como encenação de uma realidade pouco acessível por outros meios, é tomada como fabricação, como ficção, como construção no tempo e em um dado espaço, visando construir uma solidariedade comunitária, inventando tradições que visam dotar o presente de um passado, de uma temporalidade de mais longa duração, para oferecer-lhe dados sentidos e instaurar nele dadas significações (ALBUQUERQUE Jr. 2011, p. 145).

A partir do argumento de Durval Muniz Albuquerque Jr., pode-se dizer que diferentes transformações nos maracatus cearenses estão inscritos no tempo e no espaço, a partir de construções de discursos assimilados pelas comunidades de maracatuqueiros³ e pelos diferentes atores sociais envolvidos no processo de patrimonialização. Esses discursos são difundidos através de canais (oralidade, imprensa, literatura, textos acadêmicos, projetos culturais, políticas públicas de cultura, etc.), cujas bases se ligam também às construções simbólicas das identidades, contribuindo no quadro de ressemantização do conjunto de tradições e identidades culturais dos maracatus na cidade (HALL, 2011, p.71).

Segundo Stuart Hall (HALL, 2011, p. 87), algumas identidades gravitam ao redor do que chama de “tradição”, tentando recuperar a noção de pureza através do resgate de símbolos do passado apresentados como perdidos. Nesse processo se busca reaproximar o caráter histórico e manter os símbolos tal e qual se apresentavam no passado. Outro entendimento sobre a noção de identidades aceita que elas estão sujeitas às transformações no plano da história, da política, e assim é improvável que elas sejam

³Maracatuqueiro: é o termo que designa àqueles brincantes praticantes do maracatu no Ceará. Outros termos específicos correspondem às personagens ou às funções exercidas no próprio maracatu, a exemplo de Balaieiro, Baliza, Rei e Rainha.

outra vez unitárias ou “puras”; e essas, conseqüentemente, gravitam a chamada “tradução”. Tradição e tradução apresentam-se como situações antagônicas, porém são partes legítimas no processo de significação das identidades para as comunidades de detentores.

Estas constantes ressignificações afetam as relações entre os próprios grupos que elegem os signos identitários como sendo os totens da *verdadeira cultura* e outros signos como deturpações das tradições. É, como Hermano Vianna (2005) nos fala, o paradigma da tradição na mudança, onde se busca todo momento legitimar as práticas culturais como tradicionais enquanto elas mesmas passam por processos de tradução, para poder se manter ativas. Este pensamento se encaixa nos maracatus fortalezenses e perpassa a música, a pintura facial, a utilização de alegorias durante os desfiles, a carnavalização dos maracatus, a relação com os cultos religiosos afro-brasileiros e mesmo o envolvimento dos maracatus com o universo artístico e das políticas culturais.

Assim, sobre os maracatus fortalezenses veremos a complexa e fragmentada construção do discurso do maracatu cearense como patrimônio cultural. Tem-se nessa construção a contribuição perene de diferentes setores da sociedade, sobretudo quando se utilizam de discursos propagados pelo senso comum dos brincantes, como ratificação das memórias coletivas, ou ainda quando recorrem às pesquisas e registros sobre os maracatus, sobretudo, no ambiente acadêmico para direcionar a interpretação sobre o bem cultural. Essas contribuições no processo de patrimonialização se tratam, portanto, de um processo eletivo e conflituoso dos signos que conferem valor simbólico e valor real aos bens materiais e imateriais dos maracatus, assim como aponta Pierre Nora:

Quando falamos de escolhas nos referimos ao caráter sempre eletivo daquilo que vai representar um grupo, uma sociedade, ou a própria humanidade no seu sentido mais amplo. Ao falar de conflitos nos remetemos à memória, à sua própria natureza ambivalente, que carrega a lembrança e o esquecimento como faces de um mesmo processo (NORA, 1993, p. 80).

A contribuição de Pierre Nora aponta que os mecanismos da memória (lembrar e esquecer) exercem influência direta nos processos eletivos e valorativos dos bens culturais, sobretudo, na construção dos patrimônios culturais eleitos. Estes mecanismos confluem, portanto, para viabilizar o processo de patrimonialização em toda a relação entre memória e tradição, memória e identidade e memória e poder. Nessas relações se

observa o exercício de poder através da assimilação dos discursos legitimantes elencados por cada parte diretamente envolvida nos processos de patrimonialização.

Na perspectiva apontada acima, consideramos a patrimonialização operada como processo de atribuição de valor para bens culturais (imateriais), convertida como instrumento de poder. Dessa forma, na identificação dos atores sociais e dos instrumentos de valoração dos maracatus fortalezenses como patrimônio cultural imaterial a nível municipal e nacional, destacamos como promotores da patrimonialização a inserção dos maracatus no ambiente acadêmico através das pesquisas sobre suas temáticas e da criação do Museu do Maracatu, em 1984; o empoderamento dos grupos através dos investimentos financeiros proporcionados por meio dos Editais do carnaval e projetos de captação de recurso (como os Pontos de cultura), e ainda o acionamento das políticas de registro do patrimônio cultural imaterial dentro do município e nacionalmente. Consideraremos aqui, portanto, o primeiro e o terceiro como elementos caros a nosso artigo.

2. A tradição e o turismo em defesa do maracatu

Nos caminhos trilhados em busca dos códigos que atribuem sentido e valor ao maracatu cearense como patrimônio cultural, encontramos em Fortaleza o Museu do Maracatu, que apresentamos aqui como um lugar de relevante interesse e representatividade para a oficialização do maracatu como um símbolo cultural do Ceará.

Inaugurado em 25 de março de 1984, na data do centenário da abolição dos escravos no Ceará, o Museu do Maracatu de Fortaleza, ou simplesmente Museu do Maracatu foi criado por iniciativa da professora Lirysse Porto, então diretora do Departamento de Cultura de Fortaleza. O pequeno museu que funcionava no espaço de uma sala contígua ao Teatro São José, situado à Rua Rufino de Alencar nº 362, na Praça do Cristo Redentor, reunia um acervo de informações dos maracatus com base em peças doadas por colaboradores vinculados aos maracatus como o Vozes da África e Az de Ouro, e em especial o Rei de Paus, de quem Lirysse era presidente de honra.

Imagem 1 – Museu do Maracatu de Fortaleza, em 25 de março de 1984.



Fonte: Jornal O Povo, de 26 de março de 1984.

Na ocasião da sua inauguração o Jornal o Povo tratou de referenciá-lo em matéria, na qual também descrevia as comemorações do centenário da abolição da escravatura no Ceará. Entretanto, na notícia veiculada no jornal não constam descrições pormenorizadas sobre as características do ambiente⁴.

A noite, no Teatro São José, no bairro Cristo Redentor, houve a inauguração do Museu do Maracatu. Na Oportunidade, o campeão do carnaval de rua deste ano, em sua categoria (Maracatu Rei de Paus) fez uma demonstração, apresentando-se para uma platéia que não lhe negou aplausos, constituída inclusive por turistas e visitantes (JORNAL O POVO, 26 de março de 1984).

⁴A Rádio O Povo (vinculada ao mesmo sistema jornalístico) também promoveu atividades culturais no centenário da abolição do Ceará, entre as quais o desfile de maracatus no anfiteatro que fica localizado na Volta da Jurema, na Praia de Iracema[...] Ficou provado mais uma vez que os maracatus são muito bem aceitos por adultos e crianças, que os acompanham atentamente desde o Náutico Atlético Cearense aos estúdios da FM do POVO na Volta da Jurema, vibrando com as evoluções das rainhas e o ritmo da macumba. Turistas documentaram fotograficamente os desfilantes, notando-se a presença de estrangeiros entre eles (JORNAL O POVO, 26 de março de 1984).

A proposta de existência do Museu do Maracatu, contudo, deve ser pensada a partir de diferentes circunstâncias, sendo as principais: o reconhecimento e valorização dos grupos de maracatu existentes em Fortaleza; a definição das tradições cearenses, elencando o maracatu como símbolo de identidade regional; e o desenvolvimento do potencial turístico (cultural) no Ceará, especialmente na capital.

Em consulta às notícias do *Jornal O Povo* no período que antecede a criação do Museu do Maracatu, encontramos diversas incidências da participação dos maracatus em festas públicas e particulares, como os bailes carnavalescos e até em campanhas políticas. Entretanto, percebe-se ainda que no início dos anos 1980 a gestão pública municipal já observava o potencial dos maracatus promovendo “projetos de valorização” por meio do fomento aos grupos, pagando cachês e integrando os grupos com o público em áreas importantes da cidade.

Valorização do Maracatu é projeto da Prefeitura:

A Secretaria de Educação e Cultura do Município dá início no próximo dia 13, na Rua Senador Pompeu, com o desfile dos maracatus Nação Africana, Ás de Ouro, Ás de Paus e Rei de Espadas, ao projeto de Valorização do Maracatu. Mais quatro apresentações estão previstas par este mês, todas elas na Praça José de Alencar nos dias 17, 18, 24 e 25 deste mês.

O Projeto de Valorização dos Maracatus visa conscientizar a comunidade de Fortaleza da importância do Maracatu, com suas raízes étnicas e culturais na história da formação dos usos e costumes de nosso povo. Para a realização desse programa a Secretaria de Educação contará com a colaboração da Companhia de Transportes Coletivos (CTC) e a Assessoria de Relações Públicas do Município (JORNAL O POVO, 04 de maio de 1980, p. 22).

Os detalhes desse projeto promovido por meio da Secretaria de Educação e Cultura de Fortaleza permanecem intocados, porém, na notícia acima se vê a articulação com diferentes órgãos também da gestão pública municipal, na promoção do evento onde se apresentariam quatro maracatus. O envolvimento com a Secretaria de Educação revela a possibilidade de articulação entre outros setores da administração municipal para se atingir um fim de interesse da gestão cultural do município, onde se buscava a promoção dos valores culturais que traduzissem o sentido de pertencimento étnico cultural para a “comunidade de Fortaleza”.

A existência de um Projeto de Valorização do Maracatu no ano de 1980 se trata de um importante apontamento em nossa pesquisa, mas que não nos dá informações suficientes para se debater qual a sua estrutura conceitual. Também não temos

informações suficientes para entender quais os tipos de incentivos financeiros eram dispensados pra suprir as necessidades dos grupos de maracatus fora do período carnavalesco. Contudo, essa evidência leva-nos a investigar em quais circunstâncias se debatiam as ações institucionais de valorização dos maracatus por meio de fomento e promoção midiática e especialmente a inserção do Museu do Maracatu nesse contexto.

Para dar conta desta lacuna investigamos no próprio Jornal O Povo que tipos de notícias e ações políticas se voltavam para os maracatus na construção simbólica de um bem cultural, e, sobretudo, um bem de consumo. A transição dos anos 1960 para os anos 1980 é marcante para esta construção de sentidos, em vista da difusão dos estudos folclóricos no Ceará, e busca dos intelectuais cearenses pelas definições dos sentidos de povo, identidade e cultura regional. Essa construção da identidade cearense passa por diferentes vertentes dos estudos folclóricos analisando a Medicina, superstições, manifestações culturais, religiosidade e religiosidade popular, lendas e credices, vida no campo, jangadeiros, etc.

Nesta conjuntura, nota-se a forte influência de intelectuais cearenses que passaram a atuar diretamente em três importantes órgãos, primeiramente a Comissão Cearense de Folclore (1948), o Conselho Estadual de Cultura (1961) e por fim a Secretaria Estadual de Cultura do Ceará – SECULT-CE (1968). A historiadora Ana Lorym Soares procedeu uma investigação aprofundada sobre a atuação dos intelectuais folcloristas na construção das políticas públicas de cultura, no trabalho monográfico *Comissão Cearense de Folclore: folclore, identidade e políticas culturais no Ceará entre as décadas de 1950 e 1970*, afirmando que:

Dessa forma, o objetivo desta monografia é estudar a produção e atuação política e intelectual dos membros da Comissão Cearense de Folclore, buscando perceber de que maneira se articulariam a fim de colaborar com o projeto do movimento folclórico brasileiro no intuito de estudar, preservar e divulgar as práticas culturais tidas como folclóricas e institucionalizar o folclore no Ceará durante as décadas de 1950-60-70. (SOARES, 2012, p. 6).

Nesta conjuntura, os maracatus passam também a ser valorizados sob o prisma dos estudos folclóricos. Não devemos aqui nos estender sobre a percepção dos intelectuais deste período no campo das políticas culturais, mas sim, analisar o vínculo das notícias ligadas aos maracatus, considerados como elementos folclóricos, para o fomento de práticas culturais e institucionalização do Museu do Maracatu. Dessa forma,

por meio da ótica dos intelectuais, produtores de sentidos e valores para os elementos da cultura intangível, enxerga-se a possibilidade de valorizar o maracatu com mídia, produção de conhecimento e usos turísticos deste bem cultural.

No cenário que antecede a criação do Museu do Maracatu, via-se em diferentes situações que o debate sobre a valorização dos maracatus envolvia fortemente o potencial turístico que esta expressão cultural poderia desenvolver em Fortaleza, a exemplo do carnaval de Pernambuco com o Frevo e com os Maracatus Nação. Via-se o esforço em afirmar o maracatu tanto como um símbolo dos “usos e costumes” cearenses, como, também um produto que trouxesse turistas ao Estado. Não obstante lia-se no periódico O Povo, matérias que contribuíam para a circulação de informações sobre os maracatus da época, e ainda sobre o debate da descaracterização que poderiam sofrer (bem como o carnaval de Fortaleza de um modo mais abrangente) com o impacto cultural das Escolas de Samba.

Para ilustrar o que nós discutiremos na matéria circulada no Jornal o Povo em 20 de dezembro de 1977, intitulada *A tradição e o turismo em defesa do maracatu*, o texto assinado pelo jornalista Sérgio Pires apresenta uma verdadeira mescla entre relato de memória, pesquisa e crítica sobre a condição dos maracatus. Destaca-se, entretanto, o contraponto que faz com os maracatus de Pernambuco para ilustrar a regionalidade do maracatu cearense, logo se lê logo no início da matéria um breve relato do carnaval do ano de 1977 e logo em seguida o autor discorre:

Criticados por uma parcela da Crônica Carnavalesca e pelos foliões das escolas de samba, que os consideram “espetáculo de macumba”, repudiados até por membros da diretoria da Federação dos Blocos Carnavalescos do Estado do Ceará, os maracatus representam os últimos lampejos do tradicional carnaval cearense, e ainda alimentados em forma de aplausos, pela admiração popular. Como hoje é conhecido, mistura de música primitiva e teatro, apreciado folguedo catalisador de vários folclores, o Maracatu nasceu em Pernambuco e desfilou a primeira vez em Fortaleza em 1939 – Maracatu Ás e Ouro – sob a direção de Raimundo AlvesFeitosa, o tirador de loas ou toadas, macumbeiro, como que é conhecido. “Boca Aberta” viveu o cortejo régio e o seu período de maior esplendor na década de cinquenta, com o campeoníssimo Ás de Espadas, de Ely e Bendito Vanderlan (Benoit), a mais famosa rainha, e agora luta contra todas as adversidades como símbolo maior, em plagas cearenses, de uma cultura “cultura de resistência” [...].

No Ceará o maracatu somou os elementos característicos das Nações aos traços peculiares dos maracatus rurais de Pernambuco, diversos em suas origens, fusão de vários folguedos populares, exemplo de dinâmica folclórica. A predominância do índio obrigou o caboclo a pintar o rosto de tinta negra e, não possuindo rainhas, se vestiu de mulher para desempenhar o

papel de sacerdotisas do rito nagô. No carnaval cearense, o cortejo real continua sendo a dança de maior sucesso (JORNAL O POVO, 20 de dezembro 1977, p. 24).

No trecho que destacamos acima logo observamos a evidência de preconceitos contra os maracatus ligados ao universo étnico religioso de seus participantes, e ainda a estereótipos reproduzidos sem o questionamento devido da prática religiosa atrelada ao festejar do maracatu. Em seguida, a ideia de “tradicional carnaval cearense” do qual os maracatus seriam os “últimos lampejos”. Em terceiro lugar a relação de aproximação com os maracatus de Pernambuco, ratificando, sem problematizar, a narrativa de que os maracatus cearenses derivam dos pernambucanos. Contudo, n mesmo trecho destacado, considera os porquês da adaptação no uso do negrume e dos homens assumirem papéis femininos, em especial o da rainha. A referida matéria está dividida em mais três blocos, que foram intitulados: *No carnaval cearense*; *O cortejo real*; e *A dança religiosa*, onde o autor volta a afirmar a relação com os maracatus pernambucanos oferecendo informações sobre a presença de maracatus em outros estados como Alagoas.

No Carnaval cearense:

Maracatu é coisa nossa? Como hoje é conhecido, mistura de música primitiva e teatro, apreciado folguedo popular catalisador de vários folclores, o berço do maracatu é Pernambuco, sendo também cultivado no Ceará e em algumas cidades de Alagoas, como Penedo, onde se hoje se brinca sobretudo o “Guerreiros” e também o “Reisado”(JORNAL O POVO, 20 de dezembro 1977, p. 24).

O que se vê nos trechos *No carnaval cearense* e *O cortejo real* é a construção de um texto que discorre sobre os maracatus pernambucanos e cearenses apresentando o contexto de surgimento e a dinâmica de adaptações e “dinâmica folclórica” de grupos como o Estrela Brilhante e Leão Coroado (Recife) e Ás de Ouro, Ás de Espada, Estrela Brilhante e Leão Coroado (Fortaleza). Para falar da religião nos maracatus Sérgio Pires constrói uma narrativa que explora os significados e a presença da dança na sociedade, dialogando com textos de João do Rio, Graça Aranha, Edson Carneiro, etc.

Para o autor, na análise da dança do maracatu cearense, se torna possível compreender as ressignificações pelas quais estes passaram desde os autos dos Reis do Congo de onde derivam, mantendo elementos ressignificados, mas também suas raízes religiosas. Daí, conclui que os maracatus do Ceará ligam-se à Umbanda e o Catimbó, e em função de projetos sociais discriminatórios e de segregação racial, a “mística da

brancura”, sofrem com a tentativa de se eliminar os traços que os vinculam com as culturas afro-brasileiras e indígenas.

Imagem 2 – Matéria para o Jornal O Povo *A Tradição e o Turismo em defesa do Maracatu*, assinada por Sérgio Pires, em 20 de dezembro de 1977.



Contudo, diante dos textos de Sérgio Pires, na matéria que ocupa toda a página do periódico, não se lê além do título nenhuma outra menção ao turismo ou mesmo sobre a defesa e projetos de valorização do maracatu cearense. O que temos na matéria jornalística em tela é mais uma argumentação para a defesa dos maracatus no Ceará, especialmente quando se trata de suas feições regionais que o separam dos demais maracatus do Nordeste. De longe se apresenta uma proposta objetiva de valorização dos maracatus com o uso turístico. Daí, entendemos que no final dos anos 1970, de modo embrionário, se fomentava a defesa dos argumentos que conferem a legitimação do maracatu como bem cultural cearense, ainda que atacado por preconceitos diversos e choques de adesão da sociedade cearense.

Nos anos posteriores à matéria de Sérgio Pires aparecem outros apontamentos para a valorização do maracatu como patrimônio⁵. A folclorista paraense Maria Brígido, entusiasta dos maracatus cearenses, quando entrevistada pelo Jornal O Povo em 25 de fevereiro de 1980 ratifica a ideia da regionalização dos maracatus cearenses, como que não tenham surgido e se mantido como cópias (deturpadas) dos maracatus pernambucanos. Maria Brígido vai além, e relata que a presença de maracatus é percebida em duas cidades, Recife e Fortaleza e, que:

[...] é preciso preservá-los e não diminuí-los em face de uma escola de samba tão simples. Eu gostaria de pedir ao Prefeito isso, que não abra mão do maracatu de Fortaleza. O Maracatu não pode ser abolido nem modificado e nenhuma força alheia a vontade do povo deve ser introduzida sob pena de deturpação do fato folclórico (JORNAL O POVO, 25 de fevereiro de 1980, p. 25).

A matéria com a entrevista intitula-se *Diferencial para nosso carnaval: para esta folclorista, o maracatu é a coisa mais importante do carnaval de Fortaleza*. Perdura novamente a ideia de valorização do diferencial dos maracatus para a dinâmica do carnaval fortalezense, e também a de proteger elementos tradicionais que compõem a configuração do maracatu, tal qual ele se apresentava à época. O entrevistador levanta a questão da inserção da obrigatoriedade do enredo para os maracatus, semelhante às escolas de samba, no regulamento do concurso, para a qual Maria Brígido responde secamente “Pelo amor de Deus, enredo de maracatu é a coroação. Qualquer interferência de terceiros no maracatu está errada porque ele é o que é” (JORNAL O POVO, 25 de fevereiro de 1980, p. 25).

Nota-se que o dilema emblemático da permanência de elementos tradicionais frente às propostas de alteração, e mesmo das necessidades de transformação das expressões culturais. Nos comentários de Maria Brígido encontramos novos reforços para a ideia de valorização pautada na proteção dos elementos tradicionais dos maracatus.

No ano de 1981 a folclorista Maria Brígido voltaria ao Ceará para ver os maracatus, mas, neste ano, passa também a integrar a comissão julgadora a convite da Federação Cearense de Blocos. Nesta ocasião, após o concurso ela voltaria a ser

⁵ Não encontramos nas notícias a conceituação do maracatu como patrimônio, entretanto, a utilizamos aqui nesta passagem para substituir o conceito de bem folclórico, utilizado à época no contexto de bem cultural com pertencimentos locais.

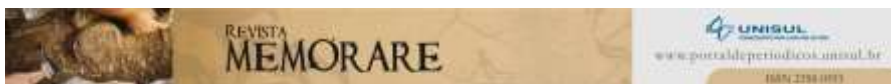
entrevistada pelo Jornal O Povo. A experiência de ter julgado os quesitos de Rainha e Balaeiro em seis maracatus são contempladas na entrevista, contudo, logo no parágrafo seguinte da matéria *É preciso estimular o maracatu cearense* o jornalista reitera a visão de Maria Brígido sobre a regionalização dos maracatus e da ruptura com a ideia linear de evolução do “folclóre”, onde, neste caso as mudanças são inerentes ao tempo.

Partindo da premissa que toda cultura é dinâmica e o fato folclórico é a manifestação do pensamento e do sentimento do povo, ela explicou a regionalização do maracatu de Recife para a cultura cearense. Ressaltou que um fato cultural pode agregar ou desagregar outros fatos culturais que lhe são circunstâncias pela gente de “folk”, sem interferência erudita. “Todo fato folclórico seja típico de um lugar (maracatu de Recife) ou regionalizado, como no caso do maracatu de Fortaleza, ao ser aceito pelo meio ambiente, ele traz em si as predileções ambientais, ou o gosto do povo daquele local”. E completou, “o folclore evolui no tempo e no espaço, porque a tradição do folclórico não é cronológica”.

[...] “Acho que devemos todos juntos estimular, ajudar, sem interferir, esses maracatus maravilhosos de Fortaleza que constituem a nota singular bela do carnaval cearense”, finalizou (JORNAL O POVO, 14 de março de 1981, p. 12).

A dimensão da ingenuidade de Maria Brígido quando fala em ajuda aos maracatus sem interferências diretas nos saberes e fazeres dos brincantes, não sabemos. Percebemos sim que na concepção da folclorista o maracatu evolui no tempo, mas preserva a característica de ser regional e de adquirir, sob processos de assimilação, elementos caros ao “ambiente” onde ele está situado. Independente da recepção do mito de origem dos maracatus cearenses quando se fala ou da descendência da coroação dos Reis do Congo, na Igreja do Rosário dos Homens Pretos em Fortaleza, ou se teriam vindo do Recife nos anos 1930, em ambos os casos regionalização é um fenômeno social inevitável, em vista da adaptação dos maracatus aos materiais e meios que tem à disposição para realizarem seus desfiles. Posteriormente, saltando para os anos 2000, a regionalização, agora tratada como processo de ressignificação continua a exercer força nos maracatus colocando-os em cheque frente às transformações e mudanças na contemporaneidade. Essa regionalização leva à necessidade de afirmação das identidades locais

Na mesma página onde se lê a entrevista de Maria Brígido observamos uma nota sobre a reforma do Museu de Artes e Cultura Popular da Empresa Cearense de Turismo – Emcetur. Fundado em 30 de março de 1973, o referido museu mantinha no acervo



principalmente objetos da cultura material e dos artesãos e artífices cearenses como “Mestre Noza, de Juazeiro do Norte; Deoclécio Soares Diniz, de Canindé; Raimundo Athayde, Ferreira, do Ceará, de Fortaleza, além de outros”. Não sabemos se neste período o maracatu também compunha alguma peça no acervo do Museu de Artes e Cultura Popular. Acreditamos que não, afinal, teremos a partir desta época os apontamentos para a criação de um museu específico para os maracatus, o que aconteceria em 1984.

Já em 1982 um novo elemento nos incita a perceber a retomada da atenção dos gestores públicos municipais para que sejam feitos investimentos nos maracatus cearenses. Neste ano a Câmara Municipal de Fortaleza passaria a contar com um número maior de Vereadoras do gênero feminino, passado de duas para quatro: Ivone Melo, Maria José, Iria Férrer e Nildes Alencar. Para evidenciar este novo cenário na municipalidade o Jornal O Povo publica no caderno de política, em 24 de novembro de 1982 a matéria *Quatro Mulheres eleitas vereadoras de Fortaleza*. Para a composição da matéria, que dispunha de breves biografias das eleitas, o jornal reuniu as quatro para uma conversa onde narraram suas expectativas e propostas. Nesta ocasião destacamos a fala da vereadora Iria Férrer, professora primária de formação, mas que tem por ocupação o comércio de artesanato. Entre as aspirações dela destacadas na matéria, lê-se:

A professora Iria Férrer vê a necessidade do estímulo aos costumes e tradições cearenses, como forma de atração turística. Nesse setor acha que o maracatu cearense merece um tratamento melhor, pois o Carnaval é a fase propícia para se vender a imagem do Ceará em razão do período de férias e a presença de turistas, estimula a venda do artesanato e divulga as coisas autênticas do Ceará (JORNAL O POVO, 24 de novembro de 1982, p.3).

Esta é, talvez, a primeira justificativa do porque de se valorizar os maracatus na perspectiva de desenvolvimento do turismo que observamos neste periódico. Esta justificativa de Iria Férrer vai de encontro com as outras que citaram a valorização da tradição e do turismo, onde se liam mais sobre as construções sociais do mito de origem dos maracatus cearenses, e da preservação do “fato folclórico”. Nesta proposta de Iria Férrer reconhecemos um apontamento para a consolidação de propostas sólidas de valorização e de reconhecimento dos maracatus neste período. Por considerar aqui que o maracatu como objeto folclórico pode ser entendido em nossos dias como expressão

cultural e ainda como patrimônio cultural, recorremos a François Hartog para ratificar que o turismo e seus vínculos com o patrimônio estão intimamente imbricados.

Enfim, o patrimônio, ao tornar-se um ramo principal da indústria do turismo é objeto de investimentos econômicos importantes. Sua “valorização” se insere, então, diretamente, nos ritmos e temporalidades rápidas da economia de mercado de hoje, chocando-se e aproximando-se dela (HARTOG, 2006, p. 270).

Para esta economia de mercado que Hartog pontua encontramos referências diversas, a depender do objeto de estudo em questão. Podem-se encontrar aproveitamentos significativos na preservação de um bem cultural, por meio dos investimentos e incrementos do turismo, bem como se podem encontrar contextos de gentrificação⁶ ou mesmo de interferências muito duras na dinâmica cultural dos envolvidos na localidade afetada.

Voltando à proposta de Iria Férrer, não sabemos até que ponto ela foi levada adiante ou quais projetos, patrocinados pelas ideias dos parlamentares, aconteceram de fato no sentido de valorizar os maracatus nessa época. Contudo, temos a visão de que a promoção e turismo cultural aconteceriam e já estavam sendo debatidos pelos setores – órgãos públicos e iniciativa privada – de maior interesse. É nesse contexto que veremos no emblemático ano de 1894, em meio às comemorações ao centenário da abolição da escravatura no Ceará e diante do alastramento da valorização da cultura afro-brasileira no Estado, e criação da Lei Municipal nº 5.827, de 05 de dezembro de 1984, estabelece o Dia 25 de março como data comemorativa ao Dia do Maracatu⁷. A lei a nível municipal reflete o movimento de diferentes sujeitos no ambiente político fortalezense em busca da instrumentalização política para defesa dos maracatus na cidade. Consideremos, entretanto, que nosso olhar está neste momento para a relação mantida a partir da criação do museu, avaliando ainda os intentos predecessores à sua inauguração em março de 1984.

⁶ O conceito de gentrificação tem sido associado aos casos de requalificação de áreas urbanas tendo como princípio a recuperação de imóveis e de conjuntos urbanos deteriorados provocando a alta dos preços das habitações e dos custos de vida nas áreas gentrificadas. Este enobrecimento e embranquecimento das áreas promovem e ampliam a segregação social nessas áreas que passam na maioria das vezes a ser ocupadas por empreendimentos mantidos para a classe média.

⁷FORTALEZA. Lei nº 5.827 de 05 de dezembro de 1984. Estabelece o Dia 25 de março, como data comemorativa ao Dia do Maracatu. Diário Oficial [do] Município de Fortaleza, Fortaleza, CE, 10 dez. 1984.

Antes disso se observa que essas propostas para a definição do museu avançavam a curtos passos, mas vemos que ainda assim chegariam a algum resultado o que pode ser observado em outra matéria do Jornal O Povo, *Museus Cearenses: acervo cultural valioso, mas sem qualquer cuidado* (JORNAL O POVO, 06 de janeiro de 1983, p. 22), na qual o museólogo e professor de História da Arte da Universidade Federal do Ceará, João Alfredo Donas de Sá Pessoa realiza para esta matéria uma síntese de suas análises com os museus do Ceará, trabalho este encomendado pelo governo de Portugal, seu país de origem.

Para o museólogo, a maior parte dos museus do Ceará são mal aproveitados, tem problemas de gestão dos espaços e dos acervos, e alguns deveriam ser alocados em órgãos específicos que dialogassem com suas temáticas.

Na opinião de João Alfredo, o chamado Museu da Imagem e do Som deveria ser uma sessão do Arquivo Público, assim como todos estes museus sobre cultura popular deveriam fazer parte de um centro de pesquisas (tipo o Ceres, Centro de Referência Cultural, que já existe na Secretaria de Cultura), como um núcleo museológico (JORNAL O POVO, 06 de janeiro de 1983, p. 22).

Quando Alfredo fala sobre o mau aproveitamento dos museus do Ceará ele pontua dois pontos chaves para a dificuldade de manutenção e gestão destes museus: um é a ausência de um museólogo nos museus e nos projetos dos novos museus, o outro é a fragmentação das temáticas, especialmente as ligadas à cultura imaterial, quando diz já haver um Museu de Arte e Cultura Popular. Para isso, exemplifica:

No museu de Aquiraz existe mandíbula de tubarão misturado com estátua de santo. A pessoa vai lá mais para ver objetos exóticos. Foi criado um Museu das Artes e Tradições Populares, está projetado um museu do Maracatu, outro do Futebol e outro ainda da Literatura de Cordel, quando já existe, funcionando na Emcetur, um Museu de Arte e Cultura Popular. O pior é que esses museus estão sendo organizados sem a participação de um museólogo. (JORNAL O POVO, 06 de janeiro de 1983, p. 22).

Eis aqui a evidência da criação do Museu do Maracatu no Ceará, que seria inaugurado em 25 de março de 1984. A breve descrição de Alfredo Pessoa apresenta um importante apontamento sobre os museus no Ceará neste período, de modo a se vislumbrar a dimensão dos projetos que a partir dali passariam a existir no Ceará. Neste contexto, o Museu do Maracatu, ainda que tratado como proposta é significativo para

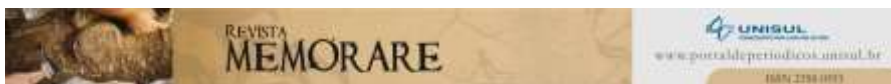
ratificar a dimensão de valorização dos maracatus que já havia sido preconizada entre intelectuais e gestores públicos em anos anteriores a sua criação.

O importante a partir de agora é investigar quais os sentidos que se atribuem ao Museu do Maracatu neste período, e quais diálogos possíveis com a definição das identidades dos maracatus se representava no museu. Outro importante ponto de investigação diz respeito ao próprio museu, no estudo da sua estrutura administrativa e funcional, além da sua condução simbólica, para compreender o nível de envolvimento dos gestores públicos, da sociedade civil e dos próprios maracatus com o museu. Para iniciar esta investigação trazemos aqui a notícia publicada no Jornal O Povo, em 16 de março de 1984, para divulgar a inauguração do museu. Na matéria *Museu do Maracatu mostra cultura afro-brasileira*, é possível ler trechos da entrevista que o jornal realizou com a idealizadora do museu, a professora Lirysse Porto, e também encontrar breves descrições do ambiente e do acervo formado principalmente por peças doadas pelo Maracatu Rei de Paus.

Fazendo parte das comemorações do 1º Centenário da Abolição dos Escravos no Ceará, será inaugurado no dia 25, o primeiro Museu do Maracatu existente no Brasil. É uma oportunidade de estudantes e pessoas interessadas conhecerem um pouco da cultura afro-brasileira, que faz parte da própria cultura do nosso País, pela influência que exerceu nas raças e suas mistura. O Museu do Maracatu funcionará na sede do Centro dos Trabalhadores Cristãos Autônomos de Fortaleza – CTCAF do Teatro São José. A inauguração faz parte da programação elaborada pela Secretaria de Cultura do Estado. A ideia do Museu do Maracatu não é nova e vem sendo adiada pelas dificuldades impostas para sua fundação. Sempre havia uma espera de ajuda dos órgãos públicos, o que ainda não aconteceu. A Presidente do CTCAF, professora Lirysse Porto, diz que a iniciativa foi avante pelo apoio recebido do presidente administrativo do Maracatu Rei de Paus, Geraldo Barbosa, que também já havia pensado na possibilidade de colocar numa mostra as fantasias de existência da agremiação. Foi essa perfeita sintonia de propósitos que levou avante a concretização do Museu.

“O Maracatu sempre foi visto como uma agremiação carnavalesca, mas é muito mais do que isso – explica Lirysse Porto. Houve uma acentuada melhoria nas suas apresentações, pois antes era considerado sem graça para os que iam à avenida assistir ao seu desfile. O Maracatu entrou no carnaval por necessidade econômica, já que ele representa puramente o sincretismo religioso. Além do mais mostra o cerimonial dos escravos fazendo a procissão na Igreja de Nossa Senhora dos Pretos, em Recife. O Maracatu tem uma contribuição muito grande e nos proporciona um ensinamento muito valioso do ponto de vista social, econômico e até mesmo político” [...] (JORNAL O POVO, 16 de março de 1984, p. 15).

Através do trecho que destacamos acima passamos a compreender minimamente como se chegou neste período à consolidação do Museu do Maracatu, em Fortaleza. Vê-se que se instalará no Centro dos Trabalhadores Cristãos Autônomos de Fortaleza –



CTCAF, aos cuidados de Lirysse Porto, que por meio dos seus esforços e do Maracatu Rei de Paus, na figura de seu presidente, Geraldo Barbosa, conseguiu concretizar o tão desejado museu. Devemos percorrer agora os caminhos de atuação do referido museu, no sentido de analisar suas ações como contribuintes aos processos de patrimonialização discutidos neste trabalho. Para isso, entendemos que a aceitação do potencial social, econômico e político dos maracatus deve ser ponto de destaque, principalmente se pensarmos na necessidade de articulação política com os órgãos públicos e na presença dos próprios maracatus na programação de ações do Museu do Maracatu, a partir da sua inauguração.

O Museu funcionará como uma escola da cultura afro-brasileira. Aberto ao público pela manhã e tarde, haverá um instrutor para dar as explicações que forem sendo solicitadas pelos visitantes, além de um texto que ficará ao lado de cada fantasia, contando a sua história e importância para o Maracatu. A professora Lirysse Porto reconhece que “o Museu está apenas em sua fase embrionária, mas havia a necessidade de se dar o primeiro passo para que ele tivesse a divulgação no cenário nacional que pretendemos dar, principalmente por ser o primeiro do gênero no Brasil” [Sic] (JORNAL O POVO, 16 de março de 1984, p. 15).

Continuando na matéria *Museu do Maracatu mostra cultura afro-brasileira*, logo se vê a preocupação da gestora do museu, a professora Lirysse Porto, em aproximar os maracatus de temáticas e conceitos maiores que fundamentem a própria construção de sentidos dos maracatus. Assim, ao chamar o Museu de “escola da cultura afro-brasileira” o jornalista leva em conta a indicação das atividades rotineiras que viriam a acontecer no espaço. Nota-se, que o museu é também indicado como um precursor de ideias, um agregador para os maracatus existentes no Ceará e no Brasil. Entretanto, vê-se como objetivo a visibilização dos maracatus por meio das ações do museu, aliado ao próprio potencial dos grupos no carnaval e ao longo do ano.

Ao acompanhar notícias sobre o Museu do Maracatu após sua inauguração, veremos sua divulgação no Jornal O Povo, especialmente no caderno que divulga a programação cultural da cidade, situando o Museu do Maracatu ao lado de museus como o Museu do Ceará. Assim, o espaço recém-inaugurado aparece como convidativo às crianças e também como lugar de referência para se conhecer a identidade cultural do Ceará.

Levar Crianças

Museu do Maracatu – Localizado na sede do Teatro São José. O Museu tem peças que fazem parte do ritual e manifestações do maracatu. Fica aberto à visitação pública na parte da tarde (JORNAL O POVO, 18 de abril de 1984, p. 19)⁸.

E ainda:

Museu do Maracatu

O velho Teatro São José está sendo muito utilizado nas noites de sextas-feiras, pelo departamento de Cultura da Prefeitura, que reúne no seu palco folcloristas, cantadores, umbandistas, candomblés, etc...

Para o sábado, dia 26, está programado a Noite de Dublagem com o grupo Eclipse.

Nas dependências daquele teatro da Praça do Cristo Redentor funciona o Museu do Maracatu, além de poderem ser vistas peças do folclore cearense, além do santuário da escrava Anastácia (JORNAL O POVO, 15 de janeiro de 1986, p. 4).

Museu do Maracatu – Peças sobre ritual do Maracatu estão expostas no museu que funciona no Teatro São José. Aberto às 6^hs. Fone: 231.5447 (JORNAL O POVO, 11 de dezembro de 1989, p. 5-b - Museus).

Museu do Maracatu – Peças sobre ritual do Maracatu estão expostas no museu que funciona no Teatro São José. Aberto às 6^hs. Fone: 231.5447 (JORNAL O POVO, 01 de março de 1990, p. 5-b - Museus).

Ousamos em dizer que para além das recomendações de Maria Brígido e Iria Férrer, e especialmente de Lirysse Porto – que articulou com os maracatus a coleta do acervo e das ações que seriam desenvolvidas no museu – vemos que a criação do Museu do Maracatu corresponde ao desejo dos próprios brincantes em ter um espaço de representação de suas práticas culturais, percebendo a sua contribuição para a cultura do Ceará. Ainda que sobrevivesse com poucos recursos financeiros, e sendo marcado por interrupções de suas atividades nos anos 1990, o museu se reergueu, sendo reinaugurado no ano de 1996, mantendo-se indicado em catálogos turísticos como referência importante para se conhecer a história e cultura do Ceará. Assim, podemos considerar que invariavelmente o Museu contribuiu desde os anos 1984 para a difusão da existência dos maracatus cearenses, mas não os tratando apenas como produto turístico vinculado ao carnaval.

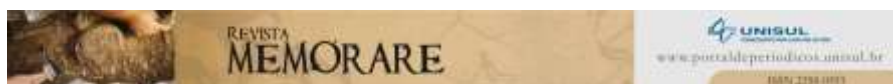
⁸ Nota com o mesmo conteúdo em (JORNAL O POVO, 25 de abril de 1984, p. 24).

2. Considerações finais

No conjunto dessas interpretações, salientamos a apresentação do Museu do Maracatu como agente social importante e contribuinte para a difusão dos maracatus de Fortaleza no cenário regional e nacional por meio da visitação de turistas ao local, e ainda como lugar onde as fantasias, instrumentos musicais, fotografias com as personagens utilizando a pintura facial, e registros dos desfiles eram difundidos eram apontados como tradicionais dos maracatus do Ceará reforçando estereótipos ou alimentado dicotomias entre os próprios grupos ali representados. Assim, o Museu do Maracatu exercia significativo papel de difusor da cultura (identidades e tradições) dos maracatus mesmo em meio à pluralidade desse segmento cultural.

Contudo, apresentamos entre os resultados de nossa pesquisa a ligação do Museu do Maracatu com o turismo e projetos de difusão dos grupos de Fortaleza, o que mais se sobressai e nos interessa, especialmente quando pensamos nessa atuação com a patrimonialização dessa expressão cultural nos dias atuais. Sendo assim, percebemos que a relação entre os maracatuqueiros e o espaço do Museu do Maracatu deve ser vista como recuso de legitimação do maracatu no cenário fortalezense, e ainda de valorização dos grupos ali representados. Trata-se, portanto, de um elemento capaz de proporcionar a autoestima para os envolvidos com os maracatus, e incitar a participação desses na vida da cultural da cidade.

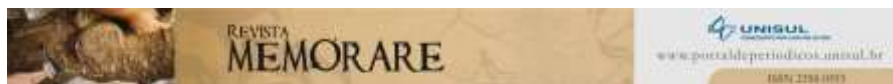
Contudo, percebemos ainda que este importante espaço pode ser estudo a partir de novos parâmetros, em vista da repercussão de sua existência no início dos anos 1980, inserido no contexto de mudanças sociais e políticas que contribuem para a deflagração de políticas e posturas afirmativas da diversidade cultural e visibilidade social do povo negro no Brasil. O Maracatu do Ceará por representar uma manifestação cultural afro-brasileira, portanto, pode ser um dos exemplares dessa condução políticas. De modo semelhante, a mudança das mentalidades sobre como o folclore e a diversidade cultural representam também a identidade de um povo ou Estado, são necessários para buscar as conexões entre o potencial de representação desse museu aliado aos os estudos posteriores, com méritos à produção acadêmica sobre os Maracatus do Ceará, sobretudo no final dos anos 1990 e início dos anos 2000, que deflagram os maracatus cearenses como mais um representante da identidade cultural de Fortaleza e o Ceará.



Assumimos, aqui, portanto, o papel, de referenciar este importante lugar da memória, em suas origens, situando-o como agente emblemático para a afirmação das identidades e interesses políticos que circundam a cultura dos Maracatus do Ceará, e, portanto, do povo negro desse Estado.

Referências

- ABREU, Regina. Patrimônio cultural: tensões e disputas no contexto de uma nova ordem discursiva. In: LIMA FILHO, Manuel Ferreira, et al. (Org.). **Antropologia e patrimônio cultural: diálogos e desafios contemporâneos**. Blumenau: Nova Letra, 2007. p. 263-285.
- ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. Fragmentos do discurso cultural: por uma análise crítica do discurso sobre a cultura no Brasil. In: NUSSBAUMER, Gisele Marchiori. (Org.). **Teorias & políticas da cultura – visões multidisciplinares**. Salvador: Edufba, 2007.
- ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. Festas para que te quero: por uma historiografia do festejar. **Patrimônio e Memória**, v. 7, n. 1, p. 134-150, 2011.
- ALENCAR, Calé. **Reis do Congo, reisados e maracatus, dança de negros no Ceará**. Rio de Janeiro: RelumeDumará, 2002. [Calé Alencar é o pseudônimo usado por Carlos Alberto Alencar da Silva].
- ALENCAR, Calé. **Origem e evolução do maracatu cearense**. Fortaleza (CE): Edições Centro Cultural Banco do Nordeste, 2008. [Calé Alencar é o pseudônimo usado por Carlos Alberto Alencar da Silva].
- ARANTES, A. A. “Patrimônio Imaterial e referências culturais”. **Revista Tempo Brasileiro**, Rio de Janeiro, nº147, p.129-139, 2001.
- BARROSO, Oswald. **Reis de Congo**. Fortaleza (CE): Ministério da Cultura/Museu da Imagem e do Som, 1996.
- BEZERRA, Jocastra Holanda. **Quando o popular encontra a política cultural: a discursividade da cultura popular nos pontos de cultura “Fortaleza dos Maracatus”, “Cortejos Culturais do Ancuri” e “Boi Ceará”**. 2014. 178 f. Dissertação (Curso de Mestrado Acadêmico em Políticas Públicas e Sociedade) – Centro de Estudos Sociais Aplicados, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2014.
- BORGES, Vanda Lúcia de Souza. **Carnaval de Fortaleza: tradições e mutações**. 2007. 297 f. Tese (Doutorado em Sociologia) - Departamento de Ciências Sociais, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2007.
- BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. (tradução de Le Pouvoirsymbolique). Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil, 1989.



CANCLINI, Néstor Garcia. **Culturas Híbridas**(tradução de Heloísa PezzaCintrão, Ana Regina Lessa; tradução da introdução Gênese Andrade). São Paulo: Ed. Edusp, 2006.

CARNEIRO, Mário Henrique Thé Mota. **Reis, rainhas, calungas, balaios e batuques: imagens do maracatu Az de Ouro e suas práticas educacionais**. 2007. 176 f. Dissertação (Curso de Mestrado) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2007.

CARVALHO, José Jorge. Metamorfoses das tradições performáticas afro-brasileiras: de patrimônio cultural a indústria de entretenimento. In: Cecília Londres et al. **Celebrações e Saberes da Cultura Popular: pesquisa, inventário, crítica, perspectivas**. Rio de Janeiro: Funarte, Iphan, CNFCP, Encontros e Estudos n. 5, 2004.

CAXILÉ, Carlos Rafael Vieira. **O ritual apresenta a sua complexidade: festividades, cortejos e maracatus**.2011. 343 f. Tese (Doutorado em História Social) - Programa de estudos pós-graduados em História Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2011.

CRUZ, Danielle Maia. **Maracatus no Ceará: sentidos e significados**. Fortaleza: UFC, 2011.

CRUZ, Danielle Maia. Ressignificando Fortaleza: políticas culturais de fomento a apresentações carnavalescas. In: Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura (ENECULT), 2010, Salvador-BA. **Anais do VI Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura (ENECULT)**. Salvador: UFBA, 2010a.

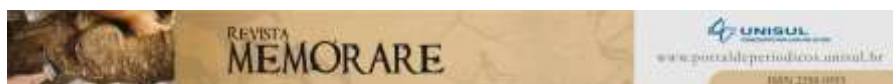
FERREIRA, Felipe Barreira. **Política municipal de preservação ao patrimônio cultural avanços e limites (2005 – 2012)**. 2014. Monografia (graduação em História) – Curso de História, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2014.

FONSECA, Edilberto José de Macêdo. O etnógrafo como agente de política pública: diálogos, representações e conflitos. In: Colóquio de Etnomusicologia da UNESPAR/FAP, 2013, Curitiba-PR. **Anais do I Colóquio de Etnomusicologia da UNESPAR/FAP: Etnomusicologia, Universidade e Políticas do Comum**. Curitiba: UNESPAR/FAP, 2013. p. 77-94.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O Patrimônio em Processo – trajetória da política federal de preservação no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2005.

FONSECA, Maria Cecília Londres. Referências Culturais: Base para Novas Políticas de Patrimônio. In: **O Registro do Patrimônio Imaterial: dossiê final das atividades da Comissão e do Grupo de Trabalho do Patrimônio Imaterial**. Brasília: IPHAN, 2012 (Edições do Patrimônio). p. 35-44.

FOUCAULT, Michel. **A Ordem do Discurso**. Trad. De Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Loyola, 1996.



GEERTZ, Clifford. Uma descrição densa: por uma teoria interpretativa da Cultura. In: **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 2008. p. 03-21.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. O patrimônio como categoria de pensamento. In: ABREU, Regina.; CHAGAS, Mário. (Org.). **Memória e Patrimônio: ensaios contemporâneos**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009. p. 25-33.

GUILLEN, Isabel Cristina Martins; LIMA, Ivaldo Marciano de França. Os maracatus-nação do Recife e a espetacularização da cultura popular (1960 – 1990). **Saeculun Revista de História**, v. 14, jan a jun, 2006.

HALBWACHS, Maurice. Memória Individual e Memória Coletiva In: HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006. p. 29-70.

HALL, Stuart. **Identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro, DP&A, 2011.

HALL, Stuart. **Da Diáspora: Identidades e Mediações Culturais**. Tradução de Adelaide Resende, Ana Carolina Escotequi, Cláudia Álvares, Francisco Rudiger, Sayonara Amaral. Belo Horizonte: Humanitas, 2003.

HARTOG, François. Tempo e Patrimônio. **Varia História**, v. 22, n. 36, p. 261-273, 2006.

HOBSBAWM, E & RANGER, T. (Org.). **A invenção das tradições**. (Tradução de Celina Cardim Cavalcante). Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 2002.

JORNAL O POVO. **Centenário da abolição comemorado no Ceará**. Fortaleza, 26 mar. 1984.

_____. **Diferencial para nosso carnaval**: para esta folclorista, o maracatu é a coisa mais importante do carnaval de Fortaleza. Fortaleza, 25 fev. 1980, p. 25.

_____. **É preciso estimular o maracatu cearense**. Fortaleza, 14 mar. 1981, p. 12.

_____. **Inauguração do museu do maracatu**. Fortaleza, 26 mar. 1984.

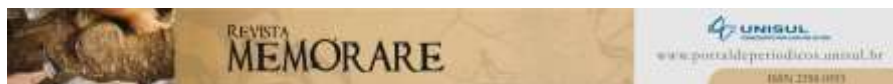
_____. **Levar crianças**. Fortaleza, 18 abr. 1984, p. 19.

_____. **Museu do Maracatu mostra cultura afro-brasileira**. Fortaleza, 16 mar. 1984, p. 15.

_____. **Museu do Maracatu**. Fortaleza, 15 jan. 1986, p. 4.

_____. **Museu do Maracatu**. Fortaleza, 11 dez. 1989, p. 5-b.

_____. **Museu do Maracatu**. Fortaleza, 01 mar. 1990, p. 5-b.



- _____. **O que resta do carnaval?** Memória. Fortaleza, 24 fev. 1985, p. 22.
- _____. **Quatro Mulheres eleitas vereadoras de Fortaleza.** Fortaleza, 24 nov. 1982, p. 3.
- _____. **Um carnaval em busca de sua identidade.** Fortaleza, 13 fev. 1982.
- _____. **Valorização do Maracatu é projeto da Prefeitura.** Fortaleza, 04 maio. 1980, p. 22.

LIMA, Ivaldo Marciano de França. Tempo e instituições, Lógicas não-ocidentais em alguns maracatus-nação: da África ao Brasil, a homogeneização das diversidades. **Saeculun Rev. de História**, v. 11, p. 72-84, 2004.

LIMA, Ivaldo Marciano de França. **Entre Pernambuco e a África.** História dos maracatus-nação do Recife, e a espetacularização da cultura popular(1960 – 2000). 2010. 420 f. Tese (Doutorado em História) - Programa de pós-graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2010.

MARQUES, Janote Pires. **Festas de negros em Fortaleza: Territórios, sociabilidades e reelaborações (1871-1900).** 2008. 225 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Departamento de História, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2008.

NETO, José Soares. O registro do Maracatu Cearense. **Grupo de Estudos e Pesquisa em Direitos Culturais.** Fortaleza, 2012. Disponível em: <http://www.direitosculturais.com.br/artigos_interna.php?id=86>. Acesso em: 02 jun. 2013.

NOGUEIRA, João. Os congos. **Revista do Instituto do Ceará**, nº 48. Fortaleza, 1934.

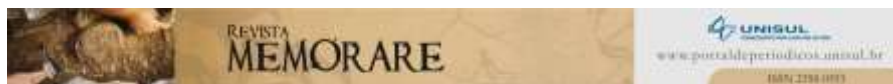
NORA, Pierre. Entre história e memória: a problemática dos lugares. **Rev. Projeto História**, n.10, p. 1-178, 1993.

OLIVEIRA, Paulo Tadeu Sampaio de. **Pequenas e médias empresas: perspectivas organizacionais para o Maracatu cearense.** 1997. Dissertação (Mestrado em Administração de Empresas) – Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 1997.

PEIXOTO, Paulo. A identidade como recurso metonímico dos processos de patrimonialização. **Rev. Crítica de Ciências Sociais**, n. 70, p. 183-204, 2004.

PEREIRA, Willian Augusto. **O maracatu cearense como cultura popular tradicional.** Editora Prottexto. Ensaio. S.d. Disponível em: <http://www.prottexto.com.br/texto.php?cod_texto=2974>. Acesso em: 20 mar. 2014.

PESSOA, João Alfredo. Museus Cearenses: acervo cultural valioso, mas sem qualquer cuidado. **Jornal O Povo.** Fortaleza, 06 jan. 1983, p. 22.



PIRES, Sérgio. A tradição e o turismo em defesa do maracatu. **Jornal O Povo**. Fortaleza, 20 dez. 1977.

RICOEUR, Paul. Três sujeitos de atribuição da lembrança: eu, os coletivos, os próximos. In: **A Memória, a História e o Esquecimento**. Campinas: Ed. da UNICAMP, 2007. p. 134- 142.

SARMENTO, Luis Eduardo Pinheiro. **Patrimonialização das culturas populares: visões, reinterpretações e transformações no contexto do frevo pernambucano**. 2010. 238 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2010.

SILVA, Roberto Antônio de Souza. **Maracatus Solar e Reis de Paus: tradição e modernidade no carnaval de rua em Fortaleza**. 2013. 202 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2013.

SILVA, Ana Cláudia Rodrigues. **Vamos Maracatucá!!!** Um Estudo sobre os Maracatus Cearenses. 2004. 151 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) - Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2004.

SOARES, Ana Lorym. **Comissão Cearense de Folclore: folclore, identidade e políticas culturais no Ceará entre as décadas de 1950 e 1970**. 2012. Monografia (edital) -COPEDOC/IPHAH, Rio de Janeiro, 2012.

TORELLY, Luiz P. P. Notas sobre a evolução do conceito de patrimônio cultural. **Fórum Patrimônio**, v.5, n,2, Belo Horizonte, 2012.

VIANNA, Hermano. Tradição da mudança: a rede das festas populares brasileiras. **Rev. do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, v. 32, p. 302-315, 2005.

Submetido em: 24/10/2016. Aprovado em: 12/05/2017.

